

Lúcio Valério Quíncio x Iunia Cantaber: o amor impossível entre o estoicismo romano e o cristianismo emergente em *Um deus passeando pela brisa da tarde*

Renata França Pereira
Universidade Federal do Maranhão

Márcia Manir Miguel Feitosa
Universidade de São Paulo
Universidade Federal do Maranhão

Resumo

Baseado nas investigações acerca da história e religião romanas na Antiguidade, propostas por Mircea Eliade (1972, 1992, 2011), o presente artigo tem por objetivo elucidar como se afigura o fenômeno da religiosidade no povo romano, sobretudo nos personagens de Lúcio Valério Quíncio e Iunia Cantaber. Para tanto, propõe-se a análise do romance *Um deus passeando pela brisa da tarde*, do português Mário de Carvalho, lançado em 1994. O premiado romance trata da história de Lúcio, que narra em retrospecto a jornada de seus dias de duunvirato no exílio. Entende-se que as crenças religiosas e filosóficas de ambos, por serem contrárias, vão configurar-se como a maior impossibilidade para o amor que Lúcio nutre por Iunia, uma vez que o primeiro é cidadão romano e adepto conservador do estoicismo e a segunda é adepta do incipiente cristianismo, terminante e impiedosamente rejeitado pelo Império Romano durante o começo do século II d.C.

Palavras-chave: literatura portuguesa; literatura contemporânea; religiosidade; história.

Abstract

Based on the research on Roman history and religion in ancient times proposed by Mircea Eliade (1972, 1992, 2011), this article aims to clarify how the phenomenon of religiosity appears in the Roman people, especially in the characters of Lúcio Valério Quíncio and Iunia Cantaber. For that purpose, it is suggested that we analyze the novel *Um deus passeando pela brisa da tarde* by Portuguese novelist Mário de Carvalho, released in 1994. The award-winning novel deals with the story of Lúcio, who recounts in retrospect about the journey from his days as a magistrate to exile. It is understood that the religious and philosophical beliefs of both, for being contrary, will constitute as the greatest impossibility for the love that Lucius nourishes for Iunia, since the first is a Roman citizen and conservative adept of stoicism and the second is adept of incipient Christianity, strictly and ruthlessly rejected by the Roman Empire in the beginning of the second century d.C.

Keywords: Portuguese literature; contemporary literature; religiosity; history.

*O casamento feliz é e continuará a ser a viagem de descoberta
mais importante que o homem jamais poderá empreender.*
(Sören Kierkegaard)

Lançado em 1994, o 13º romance do lisboeta de descendência alentejana Mário de Carvalho já foi traduzido para diversos idiomas e é hoje reconhecido nos quatro

cantos do mundo. *Um deus passeando pela brisa da tarde* é obra premiada no circuito europeu, tendo sido laureada com o Prêmio Fernando Namora, o Grande Prêmio de Romance e Novela, o Prêmio Pégaso Internacional de Literatura e o italiano Prêmio Literário Giuseppe Acerbi (MÁRIO DE CARVALHO, *site*).

Trata-se de um romance histórico, embora tal classificação tenha sido negada por Carvalho em nota introdutória do romance, na qual se lê, precisamente: “este não é um romance histórico. Tarcisis ou, mais propriamente, o município de Fortunata Ara Tulia Tarcisis, nunca existiu” (2006). É com olhos de desconfiança, portanto, que o leitor imerge no romance narrado em primeira pessoa pelo protagonista Lúcio Valério Quíncio, duúnviro e autoridade máxima da cidade. Contudo, à medida que o leitor se aprofunda na trama, é irremediável não perceber a laboriosa pesquisa empreendida pelo autor a fim de conferir a verossimilhança primordial que um romance desta espécie demanda. Toda a obra é impregnada de minuciosas referências a personalidades e costumes da época; é ainda engendrada uma primorosa ambientação através da descrição de espaços públicos e privados, assim como menções a ofícios, objetos, trajés e doutrinas da época. Não podemos deixar de fazer menção honrosa, é claro, ao inconfundível eruditismo linguístico de Mário de Carvalho.

Ao receber o Grande Prêmio de Romance e Novela, o autor comenta em discurso sobre seu árduo processo de pesquisa e investigação:

Não quero agora maçar-vos com os tratos de alma que me fez sofrer uma prolongada – e, se calhar; perdida – luta contra as palavras. Desde o gerúndio do título, até à utilização de vocábulos como “cimitarra” ou “maquilhagem” ou “vocês”, tudo teve de ser pesado, medido e contado para chegar a soluções que, provavelmente, nem foram as melhores. [...] o ideal seria ter escrito o livro em latim. Mas desconfio de que o meu editor não seria muito receptivo a essa proposta (CARVALHO, 1995, p. 16).

A recusa do autor em enquadrar a obra no âmbito do romance histórico deixa margem a relações que podem ser estabelecidas com o mundo atual. O romance histórico figura como um gênero no qual são tocadas questões da contemporaneidade. Em *Um deus passeando pela brisa da tarde*, pulsam temáticas atemporais, tais como jogos de poder, corrupção, fanatismo religioso e temor do forasteiro. Quase dois milênios separam o século XXI e a era de Marco Aurélio e já a Antiguidade clássica, pelas mãos de Mário de Carvalho, pressagiava conflitos e indagações que ainda hoje angustiam o homem pós-moderno, como observa Silvestre:

[...] o romance histórico é, e aliás sempre foi, uma forma de abordar questões de hoje: e nada como reflectir sobre o mais bárbaro dos séculos (o nosso) a partir de situações históricas em que os bárbaros se encontram às portas da Cidade (quando não a governam, por desencontradas razões de hereditariedade ou conspiração política) (1997, p. 147).

Outro tema familiar a se apresentar no romance é o amor proibido, que se dará entre Lúcio e Iunia Cantaber, filha do grande amigo e mentor do magistrado. Os dois personagens se veem diante de impedimentos desde o princípio. O magistrado é casado com Mara, com quem não teve filhos; Iunia é viúva e devota de uma seita que começava a causar burburinho na pequena cidade romana por, dentre tantas coisas, jurar devoção a um único deus: era a emergência do cristianismo.

Iunia, conforme será elucidado, vivencia sua religiosidade de forma ativa e engajada, o que desperta um misto de frustração e indignação no protagonista, assim como em toda a Tarcisis, que vivencia e cultiva o ideal de romanidade de maneira exemplar. Entre os dois não há reciprocidade, uma vez que Iunia é implacável em sua tentativa de converter o povo de Tarcisis e não se acanha em usar o poder que tem sobre o duúnviro para testar seus limites. A patrícia é obstinada em sua fé, com fanatismo plenamente aflorado. Tem-se aqui um protagonista cercado por uma grave ameaça interna. E o seu grande equívoco é subestimá-la.

Pretende-se, a seguir, elucidar como se configura a impossibilidade do amor entre Lúcio e Iunia em virtude das crenças religiosas e filosóficas dos personagens. Para tanto, intencionamos trazer à baila relevantes passagens do romance que evidenciem seus perfis, para que possamos assim lançar luz aos elementos que intrincam a conturbada relação entre os dois, de modo a evidenciar como o cristianismo se afigura no romance em oposição aos cultos e tradições romanos, cultivados no século II da era cristã, época em que se desenrolam os eventos da trama.

A romanidade em oposição à congregação dos peixes

Lúcio Valério Quíncio é narrador autodiegético de *Um deus passeando pela brisa da tarde*. Tudo e todos que habitam e circundam a província de Tarcisis, palco dos eventos mais críticos da trama, estão sujeitos ao filtro da subjetividade do duúnviro, que descreve personagens, espaços e comportamentos que o rodeiam com grande minúcia.

Faz-se necessário, portanto, que se conheça o personagem em sua complexidade, para que se possa elucidar como seus valores e princípios de romanidade atuam sobre sua narração do mundo à volta, sobretudo no que diz respeito à personagem Iunia Cantaber.

O romance se passa em duas linhas temporais, sendo todo o enredo principal uma evocação de Lúcio acerca de seus tempos como duúnviro, época na qual irão se desenrolar os eventos que o trouxeram ao seu pacato e enfadonho exílio, do qual desfruta junto a sua fiel e solícita esposa, Mara. Lúcio se reporta aos seus dias ora em tons melancólico e nostálgico, ora em tons de frieza e ressentimento, emoções que começam a fazer sentido logo que o leitor se aprofunda nos pormenores de sua jornada. O ex-duúnviro assim se autodescreve:

Sou um senhor da terra, sou um romano, leio, cultivo-me, marco os tempos com o meu porte, os meus gestos, os meus ditos, as minhas maneiras, a minha fleuma, o meu traje togado. Dignidade. Gravidade. Romanidade. Humanidade. Convulsos temores e angústias resolvam-nos as legiões, e de rijo, que é o que lhes compete. A mim, agora, os livros... (CARVALHO, 2006, p. 14)

O já referido eruditismo linguístico de Mário de Carvalho cai como uma luva sobre este personagem cuja voz narrativa emana experiência e intelecto. Lúcio é um homem que encontra grande regozijo em dedicar-se a leituras complexas, mesmo que, nos dias presentes de sua narração, não tivesse a quem entreter senão o seu próprio tédio.

Em períodos separados, Lúcio Quíncio evidencia quatro das virtudes que, segundo o leitor será capaz de constatar no decorrer da obra, compõem sua essência: dignidade ou a qualidade que infunde ao mesmo tempo nobreza e honra; gravidade, que remete à compostura e sobriedade; romanidade ou a natureza, os princípios, valores e costumes romanos; humanidade, que pode denotar, além da qualidade de ser humano, o sentimento de benignidade, de clemência. Em breves palavras, assim se podem sintetizar os valores que irão guiar as decisões, acertos e inevitáveis equívocos do personagem.

Muito embora tenha os interesses de Roma e de seu povo como prioridade, Lúcio Quíncio se afigura como um personagem de grande complexidade na medida em que sua romanidade é testada e questionada a todo momento. Sua narração, em primeira pessoa, oferece-nos uma visão privilegiada acerca das convicções do magistrado frente

às querelas cotidianas com as quais precisa lidar. Diante de alguns dos conflitos com os quais tem de ocupar-se diariamente em seu ofício, o duúnviro reage com impaciência por julgá-los demasiado banais para sua atenção. Diante de tradições e costumes grandiosos do povo romano, demonstra o mais profundo desinteresse e, por vezes, até certa falta de compreensão da prática e seu manejo.

O exemplo mais notório disto é a recusa que o duúnviro tem em organizar os jogos que acontecem nas arenas. São tradicionalmente eventos sangrentos, nos quais gladiadores lutam entre si até a morte, por vezes com animais, que compõem a essência do espírito combatente do povo romano. “Repito que nunca fui amador de jogos, mesmo reduzidos às proporções mais modestas do meu rincão da Hispânia. Não me orgulho dessa minha rara desafeição, nem sempre declarada, que persiste, apesar de todas as prevenções”, diz o magistrado (CARVALHO, 2006, p. 178). Lúcio se mostra ciente do fato de ser incomum, dentre os romanos, a sua falta de interesse por tais eventos, mas essa ciência se afigura sob forma de crítica aos que cedem ao deleite da referida forma de entretenimento:

Eu bem via o entusiasmo dos senadores e estrangeiros ricos, na minha frente, aplaudindo, agitando-se, gesticulando, erguendo-se, gritando, urrando, a ponto de se pensar se não extravasariam a gravidade e compostura que lhes eram exigíveis em público (CARVALHO, 2006, p. 178).

Assim diz Lúcio, que não tarda a rememorar uma das já citadas quatro virtudes as quais segue à risca. O duúnviro se recusa a experienciar os jogos e combates em arenas positivamente, uma vez que a própria forma de entretenimento pressupõe sobrepujar qualidades que lhe são tão caras, como sua compostura.

Outro aspecto da romanidade que o magistrado não se permite experienciar é o banho coletivo nas termas públicas. Ao mesmo tempo que o duúnviro reconhece que “havia termas nos tempos dos meus avós, há termas e balneários desde que Roma é Roma... e sempre haverá. As termas são uma aquisição da romanidade” (CARVALHO, 2006, p. 161), ele não as frequenta por considerá-las demasiado populares. Diz ainda que “havia quem, possuindo balneário, nunca aquecesse as fornalhas do hipocausto e preferisse a promiscuidade das termas públicas” (CARVALHO, 2006, p. 80), revelando pouco apreço pela manutenção de outro grande símbolo da coletividade romana.

Lúcio revela certa repugnância por tudo o que envolve o gosto público ou mesmo indivíduos que provenham de classes menos favorecidas. Dito isso, é possível que cheguemos à conclusão de que sua recusa em partilhar de certas tradições romanas pode não estar essencialmente vinculada ao seu senso de romanidade, mas à sua empáfia e vaidade, que decorrem da consciência de pertencer à classe mais favorecida econômica e socialmente, a dos patrícios. Ou ainda, segundo afirma Mendes, Lúcio, como verdadeiro admirador do então imperador Marco Aurélio Antonino, vivia de acordo com os preceitos filosóficos do estoicismo, e como tal, “não abdicou de viver segundo a sua natureza, de acordo com a sua opção filosófica, ainda que no exercício da magistratura, deixando para segundo plano o *sentir do povo*” (2012, p. 220; grifos do autor). Afinal, o magistrado apenas não quis abrir mão de viver a sua própria verdade; ainda assim, não se pode afirmar que o seu não envolvimento com certas tradições se sobreponha ao seu apreço pela essência da civilidade romana.

O fato de Lúcio sobrepujar o sentimento de coletividade caracteriza-se na obra como um grande problema. A experiência do sagrado pelos romanos tinha, *a priori*, um caráter estritamente coletivo, significando que qualquer tipo de contribuição do indivíduo seria irrelevante caso ele não pertencesse a um grupo maior, podendo ser um grupo familiar, uma comunidade, uma cidade ou mesmo uma pátria. A filosofia grega, assim como cultos orientais, foi decisiva para que o indivíduo entrasse em foco posteriormente, descobrindo os romanos, então, a dimensão religiosa da pessoa. Sobre o gênio religioso romano, Eliade salienta que

[...] distingue-se pelo pragmatismo, pela busca da eficácia e sobretudo pela “sacralização” das coletividades orgânicas: família, *gens*, pátria. A famosa disciplina romana, a fidelidade aos compromissos (*fides*), a dedicação ao Estado, o prestígio religioso do direito traduzem-se pela depreciação da pessoa humana: o indivíduo contava tão somente pertencesse a seu grupo (2011, p. 109; grifos do autor).

Advém dos povos indo-europeus grande parte das tendências religiosas do povo romano, que deles herdou uma teologia muito coerente. Dentre os grandes interesses religiosos dos romanos, segundo aponta Eliade (2011), estão a história, um grande apreço a elementos de ordem insólita (a exemplo dos presságios e das divinações), a vida cósmica e, sobretudo, a forte convicção no poder dos ritos, assim como um notável cuidado no seu cultivo. Todo e qualquer desequilíbrio relacionado a

estes elementos era tido como indício de conturbações na conexão entre os homens e os deuses por eles cultuados, assim como aberrações e acontecimentos de ordem incomum, tais como chuvas de pedras que poderiam ser interpretadas como manifestações divinas negativas.

Tais experiências não podiam, no entanto, ser tomadas por superstições por se tratarem de um modo romano de experienciar a religiosidade. Eliade descreve tal comportamento como uma espécie de valorização do sagrado, na medida em que, “por meio de tais manifestações insólitas que se estabelece o diálogo entre os deuses e os homens” (2011, p. 108). Eliade afirma que esse enaltecimento se dá nos níveis das realidades naturais, humanas e históricas, que encontram correspondência no concreto, no particular e no imediato. As hierofanias eram interpretadas à exaustão por profissionais do culto, pois existia necessidade de conhecer as diferentes nuances de tais manifestações, uma vez que se tratava de um processo complexo em que “as múltiplas epifanias de uma divindade, assim como suas diferentes funções, tendem a distinguir-se como ‘pessoas’ autônomas” (ELIADE, 2011, p. 109).

É pertinente evidenciar que o ideal de romanidade possui em seu âmago uma complexa miscelânea de elementos indissociáveis, isto é, falar sobre a religião romana é, ao mesmo tempo, abarcar cultos a mitos e divindades, crenças em lendas, fenômenos cósmicos e experiências imediatas; tudo isto tendo ciência de que todas essas vivências ocorrem dentro de uma coletividade, na qual a vida em sociedade e o amor e dever para com a pátria são condição *sine qua non* para ser romano. É impensável, portanto, que haja plena prática da romanidade por parte de qualquer cidadão da urbe sem que sejam orgânica e irrestritamente assimiladas as devidas crenças e cultivados os devidos ritos. Mais que isso: o ideal romano demanda ativa participação e envolvimento em tudo que é de interesse de Roma, da mesma forma que rejeita condutas que denotem indiferença. Sendo esta última postura tida como problemática para o cidadão comum, o que dizer de um magistrado, autoridade máxima na fictícia Tarcísis, que demonstra o mais imperturbável desinteresse por questões vitais de seu povo? Esse é o impasse que, por fim, vitimiza a carreira e as convicções do estoico Lúcio Valério Quíncio.

No extremo oposto ao não engajamento de Lúcio Quíncio, temos a personagem Iunia Cantaber. Filha de Máximo Cantaber, homem de posses e grande estima na cidade de Tarcísis e por quem o duúnviro nutre grande respeito e apreço, Iunia é uma crente. A

grande problemática que configura o conflito principal do romance reside no alvo de suas crenças. Situado no século II da era de Cristo, o enredo do romance toca, por meio desta complexa personagem, nas primeiras manifestações da dita congregação do peixe, que jurava devoção ao seu Deus único.

Iunia, desde que entra em cena, exerce profundo fascínio sobre Lúcio, que inicialmente mergulha em um profundo estado de negação acerca disto. Ela, viúva; ele, casado. Durante grande parte da narrativa, o magistrado acreditava ser a iminente invasão bárbara do norte da África a grave ameaça que pairava sobre Tarcísio, dedicando ao assunto todas as suas atenções e, com isso, deixando de lado possíveis ameaças internas, o que se provou um grave equívoco, como afirma em narração logo no início, em uma clara alusão a Iunia: “ainda hoje olho com desconfiança quem venha do lado do Oceano. Mas será das praias que acorrem todos os perigos?” (CARVALHO, 2006, p. 17). Muito embora a ameaça da invasão bárbara tenha se concretizado, foi a influência de seus sentimentos passionais por Iunia nas suas decisões políticas que sacrificou sua posição de duúviro.

Iunia é, então, a única figura diante da qual Lúcio falha em manter sua postura comedida e sóbria. Ela perturba o seu juízo ao mesmo tempo que o fascina. Assim foi desde a primeira vez que se viram:

Nessa altura, uma mulher de túnica azul-clara, pregueada à grega, voltou-se na minha direção e ajeitou o cabelo. [...] Ao movimento, o sol, passando-lhe nos olhos, de um verde muito esbatido, quase os iluminou num relance brevíssimo. Ela fitou-me um instante e eu desviei o olhar. Não tinha nenhuma razão para sentir vergonha, mas vi-me compelido a baixar o rosto. [...] O olhar altivo de Iunia Cantaber, a um tempo tão inocente e tão determinado, que me diminuía e desassossegava sem que eu soubesse porquê. (CARVALHO, 2006, p. 126-127)

O olhar de Iunia e seus verdes olhos causam grande fascínio ao magistrado e são ambos carregados de profundo simbolismo, como afirmam Chevalier & Gheerbrandt: “O olhar é carregado de todas as paixões da alma e dotado de um poder mágico, que lhe confere uma terrível eficácia. O olhar é o instrumento das ordens interiores: ele mata, fascina, fulmina, seduz, assim como exprime” (2018, p. 653). Já o verde de seus olhos remete ao “despertar da vida”, o que, em suma, acontece a Lúcio no tempo narrado é um despertar, na medida em que seus sentimentos fazem com que ele

deixe, mesmo que temporariamente e contra sua vontade, seu estado de imperturbabilidade. Em contrapartida, seu casamento com Mara é a zona de conforto na qual se encontra e sua relação matrimonial é onde busca conforto e paz, assim como a manutenção da serenidade.

Sua posição de duúnviro em nada intimida Iunia; ao contrário, o protagonista enxerga nela uma grande obstinação em desafiá-lo, seja em seus comportamentos, seja em suas crenças. Frente a essas atitudes, Lúcio frequentemente não sabe como reagir, ou mesmo se vê tomando decisões contraditórias em contraste com o seu imperturbável temperamento. Em diversas ocasiões, o duúnviro se questiona se Iunia o teria enfeitado, uma vez que suas próprias ações e pensamentos não pareciam fazer sentido.

A obstinação de Iunia em praticar e propagar o ideal cristão em uma Tarcísis trajada em romanidade logo se configura um problema, com o qual Lúcio tenta lidar, chamando Iunia à razão. Sem sucesso, é claro, uma vez que a completa entrega da personagem ao cristianismo é tal, que ao magistrado só resta a perplexidade. Eliade (2011) afirma que, já a partir do século II, existiam entre alguns povos romanos uma recusa em celebrar cultos imperiais, sendo esta a maior motivação para perseguições aos cristãos. Existia muita hostilidade do povo romano que ainda se submetia aos rituais e tradições da romanidade, o que motivou em grande parte a adoção de medidas anticristãs adotadas na época. Eliade afirma que, “no decurso dos dois primeiros séculos, o cristianismo foi considerado *religio illicita*; os cristãos eram perseguidos porque praticavam uma religião clandestina, que não contava com a autorização oficial” (2011, p. 319). Em certa ocasião, Iunia explicita não apenas sua recusa em frequentar os templos politeístas e as termas, por exemplo, mas chega a realizar manifestações públicas de repúdio a estes costumes romanos:

Dias antes, Iunia tinha armado um escândalo à porta das termas, na hora das mulheres. [...] que a nudez dos banhos era indecorosa, que tudo eram adornos e vaidades, que deviam todas regressar imediatamente a suas casas e reflectir sobre os castigos da Geena (CARVALHO, 2006, p. 147).

O engajamento de Iunia foge à compreensão de Lúcio, uma vez que o duúnviro é um homem essencialmente cético e impassível que não era dado à prática de qualquer religião. Eis o porquê de os dois personagens encontrarem-se em planos opostos: Iunia é devota, representa convicção, entrega e crença no ideal cristão; Lúcio não crê, não se

engaja, não adora os deuses romanos, é cético; no entanto, defende a manutenção da *pax romana*.

Lúcio não pondera converter-se à congregação do peixe. Ele está, antes de tudo, entregue ao seu fascínio por Iunia. Certa vez, ao presidir uma sessão no tribunal, percebeu-se “a desenhar um peixe na tábua de cera” (CARVALHO, 2006, p. 139) após uma visita à casa de Iunia, na qual a patricia elucida acerca da simbologia do peixe, ao que o magistrado escuta sem grande interesse.

O duúviro procura, acima de tudo, a companhia da viúva e utiliza-se dos motivos mais estapafúrdios para vê-la, mesmo sabendo ser inútil qualquer tentativa de trazê-la à razão, inevitavelmente frustrando-se no processo. A comunicação entre ambos parecia ser algo impossível, dado que suas conversas frequentemente terminavam em desacordo, tornando ainda mais perceptível o distanciamento que havia entre os dois, fato que o protagonista verbaliza tantas vezes, angustiado, como na passagem a seguir:

Iunia começara por ser apenas a filha desviada do meu amigo. Um nome, uma vaga reminiscência. Um problema dele. Era agora uma companhia que eu cegamente prezava, sem saber bem porquê. Um problema meu. Impunha-se-me como que um obsidante desafio de conseguir chegar a Iunia, à verdadeira Iunia, à humanidade de Iunia, por detrás daquele enleio espesso de frases e atitudes (CARVALHO, 2006, p. 166).

Lúcio, ao longo do enredo, deixa-se levar repetidas vezes pelo desejo inexplicável e incontrolável despertado em si por Iunia. Em certa ocasião, decide visitá-la e, ao chegar à casa dos Cantaber, depara-se com a viúva no jardim, onde “roseiras caóticas que misturavam pétalas murchas com pétalas vivas trepavam pelas colunas” (CARVALHO, 2006, p. 159). Segundo sustentam Chevalier & Gheerbrant, “a rosa tornou-se um símbolo do amor e mais ainda do dom do amor, do amor puro” (2018, p. 789). O amor, neste caso, de Lúcio para com Iunia e desta para com o seu Deus único cristão. As roseiras, ao serem descritas como caóticas, aludem ao fato de o próprio Lúcio se encontrar em estado de profunda confusão sentimental, conforme ratifica a seguinte passagem:

Subia, sozinho, os caminhos da casa dos Cantaber e já vinha arrependido. Logo que vi Iunia, senti estranhamente um baque, uma espécie de sobressalto como se todo o peito se me contraísse, e esqueci de tudo o resto, mesmo a culpa que me moía por ter abandonado as minhas obrigações para comparecer em frente dela (CARVALHO, 2006, p. 159 e 160).

A própria Iunia, em seguida, faz referência às flores ao observar “como as rosas tinham crescido em tão pouco tempo” (p. 160), tal qual o afeto de Lúcio pela patricia, aflorado tão intensamente num breve instante.

Lúcio possui um nome que nem de longe é uma escolha arbitrária. Remete à luz ou a sua irradiação, cuja interpretação simbólica “é também iluminação, ordenação do caos” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2018, p. 568). O que Lúcio mais almeja é não se submeter à configuração caótica de seu relacionamento com Iunia, uma vez que os ideais da corrente filosófica que tanto preza, o estoicismo, preconizam o contrário. Eis a complexidade do impasse no qual se encontra o protagonista, que tenta a todo custo não estar inebriadamente apaixonado, pois elas, as paixões, devem ser dominadas. Ele próprio chega a descrever os encontros com a patricia como momentos de desconforto: “Mais uma vez, ao ver Iunia, senti por todo o corpo uma impressão de incomodidade, súbita, intensa, quase dolorosa. [...] Senti-me estranhamente imobilizado, fincado na terra, sem conseguir desfitar os olhos dela” (CARVALHO, 2006, p. 145). Seu mundo civilizado que, sob preceitos estoicos, preconiza o controle sobre as paixões, se vê tomado por um estranho sentimento excessivo e irracional.

Quando o burburinho causado pela congregação do peixe atinge maiores proporções, diante da inércia do duúnviro em dar fim ao conflito, o imperador decreta que os cristãos sejam julgados em tribunal, para a infelicidade de Lúcio, que será responsável por decretar as sentenças. Os momentos que antecedem o julgamento mostram um Lúcio envolvido em atividades caseiras carregadas de grande simbolismo:

Durante quase todo o dia dediquei-me a não fazer nada ou a atividades absolutamente fúteis, como as de transferir peixinhos dourados, raros, do tanque do peristilo para o do implúvio ou podar as roseiras do jardim. Nessas tarefas, Mara ajudou-me, com uma alegria fantasiada, por de mais excessiva... (CARVALHO, 2006, p. 297).

No que se refere aos peixes raros, é possível que os associemos aos cristãos que no momento encontram-se presos e diante de uma escolha: ou reafirmam seu cristianismo e são condenados, ou negam-no terminantemente, trajando assim a roupagem politeísta romana. É precisamente o segundo simbolismo que nos interessa, o podar das roseiras do jardim. Este ato, na companhia de sua contente esposa, pode ser entendido como uma tentativa de Lúcio de extirpar o sentimento que nele habita. A esta altura, o duúnviro já está ciente e resignado quanto ao iminente desfecho do julgamento

de Iunia, a qual, após perder toda a família, está irredutível em sua causa. Podar as rosas é desarraigar de si o estranho e excessivo sentimento passional do qual Lúcio foi tomado e nem sequer chegou a compreender a fundo. Só lhe resta, agora, preservar o seu casamento.

O julgamento é o clímax do romance e nos confirma que Lúcio e Iunia, muito embora se encontrem em polos opostos de ideais religiosos, partilham a semelhança de um infortúnio: ambos são traídos. No julgamento, aqueles que reafirmam a fé, neste caso, Iunia, são enviados para execução da pena de morte. Os cristãos que Iunia acreditava ter convertido, renegaram seu Deus único e fizeram libação à estátua de Júpiter, reafirmando sua romanidade. Iunia estava completamente isolada em sua crença, cega pelo próprio fanatismo, não conseguindo converter um romano sequer aos seus ideais. No fatídico momento em que foi condenada, o duúviro narra que “estalou uma ovação intensa e interminável quando pronunciei a condenação de Iunia à morte. Iunia olhou para mim, com uma expressão de felicidade triunfal. Nunca lhe tinha visto tanta alegria no rosto” (CARVALHO, 2006, p. 314). Esta foi a última vez que Lúcio pôs os olhos sobre Iunia.

Já o magistrado foi abandonado pelos concidadãos romanos e forçado a abandonar o duunvirato; afinal, o estrago causado por suas decisões já estava feito. Sua presença no poder já não era desejável pelo povo ou pelos notáveis. O exílio, ao lado da esposa, pode ser entendido como seu retorno às origens, a um estado de equilíbrio e sobriedade que há muito não experienciava.

Considerações finais

Acredita-se que, a partir das investigações aqui realizadas, tendo como objeto a obra *Um deus passeando pela brisa da tarde*, pode-se conceber como a conturbada relação entre dois personagens padeceu de impedimentos de natureza filosófica e religiosa. Mário de Carvalho se apropriou da história do Império Romano, conferindo-lhe requintes de ficção para narrar acerca de um homem romano cujas convicções são abaladas ao apaixonar-se por uma mulher de crenças contrárias aos ideais romanos politeístas. O incipiente cristianismo estava ainda muito longe de adquirir a base de fiéis que tem hoje, mas, pela voz de Iunia, fez-se temporariamente presente em uma província submersa em romanidade.

As personagens de Lúcio Valério Quíncio e Iunia Cantaber se encontram profundamente metonimizadas em pressupostos religiosos e filosóficos. Lúcio encontra o seu correspondente na romanidade, tais quais expostos por Eliade, por ser um cidadão e homem que, ao exercer seu ofício, prezava por manter a paz e resguardar os direitos do povo. Lúcio não está completamente imerso em sua romanidade, o que pode ser justificado pelo fato de o personagem escolher honrar os pressupostos filosóficos do estoicismo. Iunia, criada como cidadã romana, posteriormente convertida, encontra seu equivalente no cristianismo, com ressalvas. A patricia é extremista, e seu fanatismo deixa claro que ela não absorve um dos principais ideais da índole cristã: a tolerância. Em comum, os dois possuem o infeliz destino de serem solitários em suas convicções. Desta oposição, nasce uma improvável paixão por parte de Lúcio, que sucumbe ao sentimento de tal forma que acaba por deteriorar todas as suas decisões públicas.

O próprio Mário de Carvalho alerta, em entrevista acerca da falta de elasticidade do protagonista, que o considera impotente diante das adversidades com que é confrontado: “ele não consegue ser contemporâneo de seu presente”, pois “os instrumentos ao dispor para a compreensão da realidade ficam sempre aquém dela” (CARVALHO *apud* SILVA, 1995). No final, Lúcio se vê traído não apenas pelos seus concidadãos, mas por seus próprios princípios.

Referências

- CARVALHO, Mário de. O romance está em aberto, *Jornal de Letras*. 2 ago. 1995. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybhw3ybo>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- _____. *Um deus passeando pela brisa da tarde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Coord. Carlos Sussekind. Trad. Vera da Costa e Silva et al. 31 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2018.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *O sagrado e o profano*. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *História das crenças e das ideias religiosas: de Gautama Buda ao triunfo do cristianismo*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. II.
- MÁRIO DE CARVALHO. *Site*. Disponível em: <<http://mariodecarvalho.com/>> Acesso em: 31 maio 2018.
- MENDES, António Manuel Gonçalves. Cultura Clássica em *Um deus passeando pela brisa da tarde* de Mário de Carvalho. In: BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro; SILVA, Maria de Fátima (Eds.). *Ensaio sobre Mário de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- SILVA, Rodrigues da. Um estoico nos dias de hoje, *Jornal de Letras*, 8 fev. 1995. Disponível em: <<https://tinyurl.com/ybhw3ybo>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- SILVESTRE, Osvaldo. Mário de Carvalho: revolução e contra-revolução ou um passo atrás e dois à frente, *Revista Colóquio/Letras*, Lisboa, Ensaio n. 147, 1997.

Minicurrículos

Renata França Pereira é graduanda do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Integrante do Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura (GEPLIT/UFMA), no qual atua como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e desenvolve pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da qual o presente trabalho é oriundo.

Márcia Manir Miguel Feitosa é doutora em Letras (Literatura Portuguesa) pela Universidade de São Paulo. Pós-doutora em Estudos Comparatistas pela Universidade de Lisboa. Professora Titular do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Coordenadora do Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura (GEPLIT/UFMA) e vice-coordenadora do Grupo de Estudos de Paisagem nas Literaturas de Língua Portuguesa, sob a liderança da professora Ida Ferreira Alves, da Universidade Federal Fluminense.